

## “MEMORIAL ÀS VÍTIMAS DA INQUISIÇÃO EM TRÁS-OS-MONTES”

### CARÇÃO / VIMIOSO

*“Memorial to the victims of the Inquisition in Trás-os-Montes” Carção / Vimioso*

CANOTILHO, Luís<sup>1</sup>; & CANOTILHO, Luís Filipe<sup>2</sup>

---

#### Resumo

Com a introdução da Inquisição em Portugal, em 23 de maio de 1536, a pedido do Rei D. João III de Portugal, Carção / Vimioso seria das comunidades transmontanas de Cristãos-Novos mais perseguidas, acontecimentos ainda hoje incompreendidos pelas populações. Perante o desafio formulado pelo historiador e presidente da autarquia de Vimioso, Jorge Fidalgo, concretizámos o presente projeto, inspirado e fundamentado nos factos históricos e, nas publicações judaicas sagradas, os livros de Bereshit e Shemot. Foi nossa intenção criar um espaço Sagrado e de Reflexão, através da associação de elementos simbólicos da cultura judaica. No processo de génese da composição artística desde logo rejeitámos leituras descritivas, optando pela representação dos principais elementos simbólicos da cultura judaica, estabelecidos na base do conceito que defendemos de estética científica, permitindo atingir o compromisso Proporção / Harmonia.

#### Abstract

With the introduction of the Inquisition in Portugal on May 23, 1536, at the request of King D. João III of Portugal, Carção / Vimioso the most persecuted communities of New Christians in Trás-os-Montes, events that are still misunderstood by the population today. Faced with the challenge formulated by the historian and president of the municipality of Vimioso, Jorge Fidalgo, we carried out this project, inspired and based on historical facts and, on sacred Jewish publications, the books of Bereshit and Shemot. It was our intention to create a Sacred and Reflection space, through the association of symbolic elements of Jewish culture. In the process of genesis of artistic composition, we immediately rejected descriptive readings, opting for the representation of the main symbolic elements of Jewish culture, established on the basis of the concept that we defend of scientific aesthetics, allowing us to reach the Proportion / Harmony commitment.

**Palavras-chave:** Antissemitismo; Boaz; Carção; Cristão-Novo; Geometria Sagrada; Inquisição; Jaquin; Judeu; Magen David; Memorial Vítimas Inquisição; Menorá; Sambenito; Santo Ofício; Vimioso.

**Keywords:** Anti-Semitism; Boaz; Carção; New-Christian; Sacred Geometry; Inquisition; Jaquin; Jewish; Magen David; Memorial Victims Inquisition; Menorah; Sambenito; Holy Office; Vimioso.

**Data de submissão:** julho de 2021 | **Data de publicação:** setembro de 2022.

---

<sup>1</sup> LUÍS MANUEL LEITÃO CANOTILHO – Centro de Investigação em Ciências e Tecnologia das Artes da Escola de Artes da Universidade Católica Portuguesa. PORTUGAL. Email: canotilho.luis@gmail.com

<sup>2</sup> LUÍS FILIPE CÉSAR CANOTILHO- Licenciado e Mestre em Arquitetura. Doutor em Ciências da Educação. luiscanotilho@hotmail.com

“O mundo não está ameaçado pelas pessoas más, mas sim por aquelas que permitem a maldade” Albert Einstein

## O DESAFIO

Em 2021, fomos desafiados pelo Presidente da Autarquia de Vimioso, António Jorge Fidalgo Martins<sup>3</sup>, para a realização de um “Memorial às Vítimas da Inquisição” do Concelho de Vimioso. Esta proposta seria reafirmada pelo Vice-presidente António dos Santos João Vaz e, pelo presidente da Junta de Freguesia de Carção, Daniel Tomé Ramos, ambos “carçonenses”<sup>4</sup>.

Dirigiu o projeto a artista plástica Helena Canotilho, sendo o projeto de arquitetura de Filipe Canotilho, cabendo a execução (parte escultórica e definição simbólica) ao artista plástico Luís Canotilho.

Com a introdução da Inquisição em Portugal em 23 de maio de 1536, pelo Papa Paulo III<sup>5</sup>, a pedido do Rei D. João III de Portugal, a Freguesia de Carção, a par da Vila de Argozelo, seriam das comunidades transmontanas de Cristãos-Novos mais perseguidas na região de Trás-os-Montes.

Escolha apropriada já que Carção, além de possuir o Museu Judaico / Marrano, vestígios arquitetónicos relacionados com a cultura judaica, também tem representado no brasão de armas da freguesia, a imagem do Menorá, um dos principais símbolos da cultura judaica. Outros elementos físicos existentes em Carção poderiam aqui ser referidos, como é o caso da “pedra judicial”<sup>6</sup>. A carga emocional da população, sobre este evento gravado em granito, ainda é muito profunda nos dias de hoje.

---

<sup>3</sup> António Jorge Fidalgo Martins: Licenciado em História, Variante Arte - Ramo Educacional - pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Mestre em Educação, especialidade em História da Educação e da Pedagogia, pela Universidade do Minho.

<sup>4</sup> Designação que orgulhosamente, os naturais da freguesia de Carção, fazem questão de ser apelidados.

<sup>5</sup> A Bula *Cum ad nihil magis*, tinha como alvo prioritário os cristãos-novos judaizantes, mas também o luteranismo, o islamismo e a feitiçaria.

<sup>6</sup> Trata-se de uma pedra de granito datada de 1651, assinalando a condenação de Francisco Mendes, com a seguinte referência descritiva: “NOSTE SITIO ESTAVAM AS CASAS DA MORADA DE FRCO MENDS QUE FOI CONDENADO HA MORTE PLA DE GASPARGIV QUE FOI IOIS NESTE LVGAR NA ALCADA EM QUE PROCEDO HO DVTOR CRISTOVAM PINTO DEPAIVA DESEMBARDA CASA DA SOPRICACAM ANO DE 1651 EL REI NOSSO SEÑOR AS MANDOV ARASAR E SALGAR PELA EMPIEDADE CO QUE ELE SE OVVE NA DTA MORTE E POUCO RESPEITO AO SACRAMENTO”. Traduzida do português arcaico: “neste sítio estavam as casas da morada de Francisco Mendes que foi condenado à morte por ter morto Gaspar Gonçalves que foi juiz neste lugar na alçada em que procedeu o Doutor Cristóvão Pinto de Paiva Desembargador da Casa da Suplicação no ano de 1651. O Rei nosso Senhor as mandou arrasar e salgar pela impiedade que ele teve na dita morte e pouco respeito aos sacramentos”. Francisco Mendes foi enforcado na Vila de Outeiro, supostamente pela “possível” morte do juiz e, por ter cortado os braços de uma figura de Cristo na cruz.

Se a memória física documental ainda resiste, a memória imaterial, embora referenciada através da muita documentação solta e publicações sobre o tema da inquisição, não estão devidamente representadas na forma simbólica.

Julgamos que nunca foi feita a necessária “*descarga emocional*” provocada pelos traumas da Inquisição, que tanto assolaram Carção, cujo termo é catarse, empregue pela primeira vez por Aristóteles, enquanto “purificação” (FREIRE, 1982), na época aplicada às artes performativas, como a “tragédia grega”.

Esta “*descarga de sentidos e emoções*” pode ser resolvida pela arte, como no presente caso, através da linguagem escultórica com significado e profundo simbolismo.

Esta catarse, defendida pela psicanálise, constituirá numa metodologia, através da qual “*purificamos*”<sup>7</sup> todas as emoções negativas (raiva, tristeza, etc.). Designado de “*método catártico*” (FREUD, 1913), no caso da comunidade de Carção, passa por uma possível terapia, desbloqueando memórias e tensões acumuladas durante gerações, aceitando o momento histórico e homenageando as suas vítimas de forma nobre, através de um monumento que referencie definitivamente “*um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está destinado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado*” (COSTA, 2015).

## **ANTISSEMITISMO - O MAIS DURADOURO DOS ÓDIOS**

Sobre a Inquisição em Portugal não faltam publicações dos nossos maiores historiadores, onde destacamos o estudo de António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-Novos* (1969). Sobre Carção, como ninguém pode ficar indiferente ao período de terror porque passaram os Cristãos-Novos, dramaticamente descrito por António Andrade e Fernanda Guimarães, assinalamos a publicação *Carção – Capital do Marranismo* (2008). Recomendamos esta impressionante narrativa dos factos, exercidos sobre os cristãos-novos, através de episódios descritivos que definem o ser humano no seu mais vil e abominável propósito.

---

<sup>7</sup> A designada “purificação das emoções” fez parte dos estudos realizados pelos médicos Brad Bushman (estudos sobre as causas, consequências e soluções para o problema da agressividade e violência na humanidade), Roy Baumeister (estudos sobre a rejeição social) e Angela Stack, publicado no *Journal of Personality and Social Psychology* – 1999, Vol. 76, n.º 3, pp. 367-376.

Não devemos deixar de assinalar o rigoroso e sintético trabalho publicado por Jorge Martins, *Memorial Virtual às Vítimas da Inquisição* (2021), por ocasião dos 200 anos sobre a extinção da Inquisição.

A nível documental, duas instituições serão fundamentais para o estudo rigoroso sobre a Inquisição portuguesa. Referimo-nos ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>8</sup> e ao “Acervo digital” da Biblioteca Nacional<sup>9</sup>.

Este artigo, está escrito por um artista plástico e por um arquiteto, pelo que os aspetos históricos descritivos, que passamos a referir, servem apenas, para que o leitor compreenda, na génese do trabalho artístico, qual foi a base teórica, a descrição histórica, as memórias materiais e imateriais existentes em Trás-os-Montes, a metodologia e o processo técnico empregues, bem como os elementos simbólicos, para a realização do “*Memorial às Vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes*”.

A perseguição dos que pensam de forma divergente da nossa, não nasce com a inquisição. É o “MEDO” que transforma os fracos e, os leva a tomar as mais vis ações, sobre os que processam outras culturas e modos de pensar sobre a vida e a interpretação do além. O medo, nos animais e nos humanos, provoca da parte destes a agressividade.

A perseguição dos Judeus ao longo dos séculos, tem assumindo várias formas de ódio como o preconceito do antissemitismo. Não sendo os Judeus o único povo semita, já que os árabes também o são, o antissemitismo define-se, através da ideia de pertença a grupo inferior, negando que façam parte da nação onde residem. Constitui-se numa forma de racismo assente numa ideologia política (LAZARE, 1903), residente até aos dias de hoje, desde o suposto primeiro episódio passado em Elefantina, Egito, em 410 a.C. quando um grupo de egípcios destruiu o templo judaico. De maior visibilidade histórica salientamos a chacina de cerca de 4.000 judeus em Granada / Espanha (GUBBAY, 1999) em 30 /12/1066, com a ocupação muçulmana (2.ª década do séc. XI – primeiros anos do séc. XVI), os massacres da Renânia (gilbert, 1998) perpetuados em junho e julho de 1095 e que dariam origem à 1.ª Cruzada (1096), o édito de expulsão dos judeus de Inglaterra promulgado por Edward I em 1290 (MUNDIL, 1998), os massacres dos judeus espanhóis em 1391 (GAMPEL, 2016), a Inquisição Espanhola estabelecida em 1478 (MOURA,

---

<sup>8</sup> Alameda da Universidade. 1649-010 LISBOA.

<sup>9</sup> Campo Grande 83, 1749-081 Lisboa.

s.d.) pelos Reis Católicos Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela<sup>10</sup> e posterior expulsão em 1492, o massacre de Lisboa de 1506 também designado “Matança da Páscoa” (SARAIVA, 1993), acusados de serem a causa da seca, fome e peste que assolou o Portugal na época, a Inquisição Portuguesa (23 de maio de 1536 a 31 de março de 1821) instituída por meio de uma solicitação ao Papa em 1515 por D. Manuel I e posterior expulsão judaica em 1497, Os massacres de judeus pelos cossacos na Ucrânia entre 1648 e 1657 (KOHUT, 2003), os vários pogroms (termo russo aplicado à perseguição étnica ou religiosa) no Império Russo entre 1821 e 1906 (JOHNSON, s.d.), a condenação por traição do capitão de ascendência judaica Alfred Dreyfus pertencente ao exército da Terceira República Francesa (1894-1906) (DAUGHTON, 2006), o Holocausto Nazi ou o genocídio de cerca de seis milhões de judeus (LEVI, s.d.), a perseguição judaica na Rússia Comunista Estalinista (PINKUS, 1990) a que Josef Stalin designava de “*cosmopolitas sem raízes*”, herança cultural que já vinha dos Czares ou, nos dias de hoje: O envolvimento árabe e muçulmano no êxodo dos judeus dos seus países (AHARONI, 2009), são expressões maiores do antissemitismo.

Wistrich (1991), designa o termo antissemitismo como “*o mais duradouro dos ódios*” (WISTRICH, 1991). Continua presente nos dias de hoje e o propósito continua a ser o mesmo: A destruição do Povo Judeu, através da rejeição da sua cultura (TYLOR, 1920), tendo no fundo, como única opção a conversão, já que com a expulsão não existem por aí lugares de refúgio, como é o caso no atual Israel, onde o antissemitismo cultural estabelece novas formas de projeção, através da vitimização dos extremismos ideológico-religioso palestino e iraniano. Convém referir que entendemos o termo cultura dentro da definição antropológica (TYLOR, 1920), onde se aglutinam dentro da mesma abordagem comum, a Mitologia, a Filosofia, a Religião, a Língua, a Arte e os Costumes.

Muitos foram os povos e culturas que, por múltiplas razões, se perderam ao longo dos milénios. No entanto nunca nenhum povo, como o Judeu, sofreu este nível de perseguição e tentativa de destruição cultural. Outro povo. certamente não teria resistido... Será que a explicação para a sobrevivência do Povo Judeu está na garantida proteção do verdadeiro Deus?

---

<sup>10</sup> O padre Juan Antonio Llorente adianta um número de 39.000, os condenados à morte, embora de comprovação duvidosa. A inquisição espanhola, também designado de Tribunal do Santo Ofício, foi estabelecida em 1478 e teria o seu término em 1808, com a invasão dos exércitos franceses de Napoleão de Bonaparte.

## A PERSEGUIÇÃO DOS CRISTÃOS-NOVOS EM PORTUGAL

A inquisição portuguesa tem início em 23 de maio de 1536 e só observa o seu término em 31 de março de 1821. Tinha como objetivo, a par da inquisição espanhola, a perseguição dos *Cristãos-Novos*, também designados de *marranos*.

A destruição das comunidades judaicas em Portugal, iniciou-se com a promulgação do Decreto de 1496, pelo rei D. Manuel I, que mandava expulsar judeus e mouros. Neste período de 40 anos, até à criação da inquisição, as comunidades judaicas existentes em Portugal foram extintas e as suas sinagogas destruídas ou convertidas em igrejas (SARAIVA, 1969).

Em Portugal, a conversão da população hebraica ao catolicismo foi forçada (SARAIVA 1969, pp. 27-48), acabando desta forma com os Judeus portugueses e o nascimento dos Cristãos-Novos ou marranos. Se a perseguição tem início com D. Manuel I, A inquisição seria introduzida em Portugal no fatídico dia 23 de maio de 1536 pelo papa Paulo III, através da bula *cum ad nihil magis*<sup>11</sup>, a pedido do rei D. João III, tendo como objetivo perseguir os cristãos-novos judaizantes, os luteranos, os islamistas e os praticantes de “feitiçaria”. Caberiam aos tribunais da Inquisição sediados em Évora (1538), Lisboa (1539), Coimbra (1541) e Goa (1560) a destruição das comunidades judaicas e criptojudaicas<sup>12</sup>, agora designadas pejorativamente de “*marranos*”.

Destruídas as comunidades judaicas em Portugal, as suas sinagogas, convertidos ao catolicismo “à força” desde 1497, pareciam receber a “machadada final” no reinado de D. João III, por preservarem a lei de Moisés.

Caberia ao Santo Ofício, através do seu tribunal da Inquisição, “*inquirir heresias*” praticadas pelos Cristãos-Novos durante 285 anos, até 1821<sup>13</sup>. Refira-se que este tribunal não tinha jurisdição por quem não fosse católico.

---

<sup>11</sup> Este documento existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, estava dirigida aos bispos de Coimbra, Lamego e Ceuta, nomeando-os comissários inquisidores do papa em Portugal, permitindo também que o rei D. João III, nomeasse juízes para o Tribunal do Santo Ofício para julgarem os cristãos-novos e outras pessoas que praticassem a heresia, com as penas declaradas.

<sup>12</sup> O termo criptojudaísmo aplica-se aos judeus convertidos à força ao catolicismo, designados, portanto de cristãos-novos, mas que continuavam fiéis aos seus costumes e rituais religiosos em segredo. Na região transmontana eram apelidados de marranos.

<sup>13</sup> Em 31 de março de 1821, as Cortes Constituintes saídas da Revolução Liberal de 1820, decretavam a abolição da Inquisição em Portugal, que já estava meia moribunda desde as imposições decretadas pelo Marquês de Pombal.

A barbárie religiosa tinha início em Portugal continental, cabendo ao tribunal de Coimbra, o julgamento das heresias praticadas pelos Cristãos-Novos das regiões centro e norte, onde se inclui Trás-os-Montes. Sendo os juízes recrutados fundamentalmente entre os frades dominicanos, tinham como função investigar, julgar e punir os crimes contra a “fê” e os “bons costumes”. Contudo, a originalidade do Tribunal do Santo Ofício, baseava-se no processo de averiguações que levava à condenação. Na realidade não seguia os trâmites normais dos crimes comuns, dado que os crimes, sendo de natureza religiosa, as penas aplicadas eram temporais.

Desta forma, as inquisições, desde a sua origem, combinavam dois direitos e jurisdições que tradicionalmente constituíam duas esferas distintas: o direito eclesiástico, aplicado pelo braço espiritual, e o direito civil, aplicado pelo braço temporal. Isto foi possível graças a uma aliança entre o Rei e o Papa (SARAIVA. 1969, pp. 13-14).

Os processos levados a cabo pelo Tribunal do Santo Ofício eram secretos, onde os inquisidores tinham o poder absoluto e arbitrário de condenar ou absolver os réus (FREITAS, 1916). O réu passava por uma primeira fase que era secreta, designada de instrução, onde era submetido ao interrogatório, com o intuito de confessar as culpas de que estava acusado. O julgamento passava então para uma segunda fase, também secreta, onde o réu tinha conhecimento da acusação, baseada em denúncias e nos depoimentos da primeira fase. Posteriormente seguia-se a defesa onde o advogado, não era escolhido pelo réu, mas pelo Santo Ofício (LIMA, 1999). A sentença final era votada por maioria, da mesa da Inquisição.

Neste procedimento, todas as denúncias eram aceites, independentemente da credibilidade dos denunciantes, através de testemunhas presenciais, por denúncias “*de ouvida*”, caluniosas ou anónimas. Como tudo tinha valor de prova para o Tribunal do Santo Ofício, a tortura constituía-se num processo de confissão eficiente.

As sentenças eram lidas e executadas em cerimónia mais ou menos pública, designadas de “*Auto-de-Fé*”. Nas sentenças lidas e executadas em praça pública, eram expostos os “*reconciliados*” e, os “*relaxados*”, designação dada aos condenados que eram entregues à justiça profana, para aplicação da pena de morte.

O dia da execução da pena capital constituía-se num verdadeiro espetáculo público, que implicava preparativos com várias semanas de antecedência, desde o muito bem publicitado anúncio público, a construção do cadafalso, o palco com as figuras da inquisição e convidados, a confeção e pintura dos “*Sambenitos*” (KARMEN, 2011), designação do hábito do condenado.

No dia da execução pública das sentenças, organizava-se uma procissão que saía de manhã da sede do Santo Ofício, percorrendo as principais artérias da cidade, terminando no local da leitura e da execução das sentenças públicas. Na frente da procissão desfilavam os Frades de S. Domingos com o pendão da inquisição, por entre uma multidão que jubilava de alegria sádica, dificilmente controlada por militares armados. “*Tirando as visitas dos reis, os autos-de-fé eram certamente os atos públicos que mais gente e assistência mobilizavam*” (SARAIVA, 1969), constituindo-se ao mesmo tempo numa exibição do poder do Tribunal do Santo Ofício.

No Pátio da Inquisição em Coimbra, o condenado ouvia publicamente a sentença proferida, sem sequer conhecer, ou ter tido acesso ao processo inquisitorial, ajoelhado em frente ao altar, de frente para o púlpito de onde o padre pronunciava a sentença a ser aplicada. A malvez assumia um requinte muito próprio, por parte dos juízes inquisidores, onde os designados “*relaxados*” (condenados à morte na fogueira) que eram sentenciados à morte, depois de entregues à justiça profana civil, para que cumprissem a pena decretada, pediam hipocritamente que os não matassem.



**Figura 1** - Painel sobre a “Cultura Judaica”. Vimioso. Luís Canotilho (2017). Azulejo policromado: 240 cm x 150 cm. As duas figuras da esquerda representam Cristãos-Novos, condenados por heresia para serem “relaxados”, trajados com os “sambenitos” e vela na mão.

Constituindo-se como um espetáculo festivo, os réus “*relaxados*”, entregues à justiça profana, eram conduzidos ao local da execução da pena. Depois de lhes despirem o “*Sambenito*” (Figura 1), ficavam vestidos de branco com uma vela na mão. De seguida eram questionados se pretendiam morrer na religião católica. Em caso afirmativo sujeitavam-se à morte por garrote, queimando o corpo após esta dolorosa morte. Se negassem a religião católica eram queimados vivos, perante as exclamações de alegria da multidão que assistia ao espetáculo. Posteriormente o “*Sambenito*” com a representação do retrato do condenado, era exposto no interior da igreja da localidade donde procedia, como aconteceu por várias vezes em Carção.

A perseguição aos judeus em Portugal terminava, por força da lei publicada no último quartel do séc. XVIII, pelo Marquês de Pombal<sup>14</sup> – Carta de Lei de 15 de dezembro de 1774 (MENDES, 2011). Seria só no governo de Sebastião José de Carvalho e Melo (ALVES, 2006), “Marquês de Pombal”, a perceção da única diferença entre Cristãos-Covos e Cristãos-Velhos, que eram as “*leis de limpeza de sangue*”. Como o Marquês de Pombal, tinham chegado ao poder os então perseguidos pela inquisição, a burguesia mercantilista e os grupos de intelectuais que iriam concretizar a Revolução Liberal de 1820 (CARDOSO, 2007). Ao mesmo tempo tinha início a expulsão dos jesuítas pelo Rei D. José I em 1759, onde o futuro Marquês de Pombal, era Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino. Esta decisão foi fundamental, já que a Companhia de Jesus, desde o início tinha resolvido adotar o “*Estatuto de Limpeza de Sangue*” relativamente aos Cristãos-Novos (SANTOS, 2007).

Com o “*Século das Luzes*” (XVIII), os ideais de Liberdade, Progresso, Tolerância, Fraternidade, Poder Constitucional, e Separação Igreja-Estado tinham eco nas populações mais esclarecidas. A intolerância já não tinha lugar e questionava-se definitivamente a ortodoxia religiosa, através da *Sapere aude* (atreve-te a conhecer) (GAY, 1996). Os ventos do Iluminismo chegavam a Portugal e, com o Marquês de Pombal, proibia-se a importação de escravos (RAMOS, 1971) e acabava a discriminação dos Cristãos-Novos. Não extinguido desse logo o Santo Ofício, Pombal limitava-o definitivamente, ao ser colocado sob a autoridade régia, ao mesmo tempo que acabava com a “Real Mesa Censória” (1768). O desenvolvimento do país passava a estar na burguesia mercantilista (CANOTILHO, 2016), ao mesmo tempo que a nobreza e o clero principalmente, perdiam protagonismo.

---

<sup>14</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782), intitulado Marques de Pombal, também primeiro Conde Oeiras, exerceu as funções de Secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I entre 1750 e 1777, sendo uma personalidade de fortes convicções iluministas.

**"UM POVO SEM MEMÓRIA É UM POVO SEM HISTÓRIA. E UM POVO SEM HISTÓRIA ESTÁ DESTINADO A COMETER, NO PRESENTE E NO FUTURO, OS MESMOS ERROS DO PASSADO"<sup>15</sup>**

Importa, portanto, preservar a memória das cerca de 40.000 vítimas da Inquisição em Portugal, onde entre os acusados, cerca de 80% eram Cristãos-Novos, cerca de 1.000 praticantes do islamismo, 800 de feitiçaria, 600 por homossexualidade (sodomia), 500 por protestantismo (luteranismo, calvinismo e anglicanismo), 400 padres católicos por solicitação (assédio sexual e violação), 200 por práticas ligadas à bruxaria e, perto de 50 por pertencerem à maçonaria (BAIÃO, 1919). Não podemos deixar de associar a estas 40.000 vítimas da Inquisição, as respetivas famílias e descendentes, que foram expropriados dos seus bens materiais, impedidos de exercer determinadas profissões, cargos públicos e militares, e discriminados socialmente no seio das comunidades que pertenciam. Nestes números impressionantes, tem maior impacto os condenados à morte na fogueira ou falecidos nos cárceres, contando-se por cerca de 1.500 (BETTENCOURT, 2000).

No distrito de Bragança, podem-se contabilizar 112 as vítimas da inquisição, julgados e condenados no Tribunal da Inquisição de Coimbra, (espaço e edifícios atualmente com a designação de pátio da inquisição)<sup>16</sup>. Nesta sucinta abordagem histórica, não podemos deixar de assinalar o fatídico Auto-da-Fé de Coimbra do dia 14 de junho de 1699 (PEREIRA, 1996), por a maioria dos condenados ser de Trás-os-Montes. Foram lidas 87 sentenças (50 homens e 30 mulheres), 74 dos quais provinham de Trás-os-Montes, onde foram “*relaxados*” (queimados vivos) 3 homens e 3 mulheres e uma urna contendo os restos mortais de um homem já falecido. Foram penitenciados 15 homens e 9 mulheres de Carção e, 12 homens e 3 mulheres de Argozelo.

Os “*relaxados em carne*” do Auto-da-Fé de Coimbra do dia 14 de junho de 1699, eram transmontanos Cristãos-Novos: Jorge de Oliveira de Carção; Catarina Lopes Bicha de Carção; Manuel Lopes e a esposa Ana Lopes de Chacim; Domingos Lopes Ruivo e esposa Maria Lopes Vinagre de Chacim; Restos mortais de Bernardo Rodrigues de Carção.

---

<sup>15</sup> Emília Viotti da Costa (1928-2017). Professora e historiadora.

<sup>16</sup> No local existiu primeiro o Antigo Colégio das Artes, fundado em 1542 pelo rei D. João III. Em 1555 o Colégio das Artes passou para a administração da Companhia de Jesus, sendo o edifício entregue por estes, ao Tribunal do Santo Ofício que funcionaria até 1821. Para o efeito foram realizadas diversas obras de adaptação, onde ainda são visíveis as antigas celas.

## **PROCESSO DA GÉNESE E CONCRETIZAÇÃO DE UMA IDEIA**

Entendemos que o artista plástico tem de ser capaz de aglutinar, através da imagem, o pensamento social, interpretando-o tecnicamente, de forma a concretizar a obra criativa representativa de um acontecimento, momento, período, pensamento social ou ideal (AKOUN & PAILLEAU, 2019).

Para o efeito, utiliza o método científico, realizando pesquisas, recorrendo aos factos históricos narrados, documentos oficiais e ao espaço geográfico onde tiveram lugar. Contudo deve evitar, interpretações objetiva ou subjetiva, para não cair no erro emocional de “tomar partido sobre uma pessoa” ou, sobre um dos grupos intervenientes.

A esta estética designamos de científica. Não se rege pelo vazio, pela subjetividade ou pela religiosidade dos termos “criatividade”, “expressividade” ou adjetivos com “modernidade”.

Se o projeto tem de estar subjacente ao estudo histórico, sociológico, antropológico e conhecimento físico das comunidades, ao artista cabe interpretar esses factos utilizando as tecnologias e técnicas disponíveis para a concretização da ideia. De referir que as competências técnicas e a experiência são também fatores de caráter científico. O mesmo sucede com a geometria enquanto base estrutural sólida da composição.

De outro modo vamos cair nas clássicas leituras, sobre o trabalho artístico coletivo ou individual, que tendem sempre a adjetivar e batizar os artistas num período meramente histórico, sociopolítico ou movimento artístico, terminando sempre e erradamente, na criação das elites culturais (REIS & GRILL, 2014). A leitura histórica cabe fundamentalmente aos historiadores de formação, que devem ter a necessária capacidade de se inserir, analisar de forma objetiva e documentalmente, um determinado espaço temporal, tal como os sociólogos e os antropólogos.

O tema proposto exigia da nossa parte, uma reflexão profunda, dado peso histórico e a carga emocional que continua a ser valorizada pelas pessoas de Trás-os-Montes, principalmente os descendentes dos Cristãos-Novos.

À partida, confrontávamo-nos com a possibilidade de optar pelas conhecidas linguagens realista, simbólica, e abstrata ou, na interação de duas delas, ou mesmo das três (DONDIS, 1977).

A linguagem realista poderia estabelecer-se através da dramatização de um momento, como a representação dum julgamento do Santo Ofício ou mesmo, a possibilidade de estabelecer uma profunda visão dramática, através da representação da execução da pena do “*relaxado*”. De entre as várias representações sobre o tema em estudo, Goya (1746-1828)<sup>17</sup> fê-lo de forma excepcional e realista, através da pintura de uma cena do Tribunal do Santo Ofício, cuja composição sobrevaloriza pessoas, o espaço dramático e a cor. Tridimensionalmente, embora em outro âmbito, o ambiente dramático criado por Auguste Rodin (1889), na escultura “*Bourgeois de Calais*”, tal como o primeiro artista, apelam ao dramatismo e expressividade da forma humana.

Contudo, se optássemos pela abrangência da linguagem abstrata, cairíamos certamente na eliminação de detalhes formais identificadores da cultura judaica, desvinculando-se dos elementos históricos e vivenciais destas comunidades perseguidas. Optámos pela linguagem simbólica por permitir, através da redução da forma ao mínimo detalhe, que o observador não se desconcentre nos pormenores ou na expressividade dramática, em interpretações subjetivas ou interrogativas (CANOTILHO, 2017).

Desde logo, foi nossa intenção criar um espaço Sagrado e de Reflexão, através da associação de elementos simbólicos da cultura judaica.

Como é sabido, o signo tem o seu significante, designado de realidade concreta e representa de forma sintetizada uma organização, um país ou um ideal, que pode ser religioso (SCHAFF, 1968). O símbolo da Mercedes não identifica apenas a marca de automóveis, é associado à qualidade e fiabilidade. A cruz não identifica apenas o catolicismo ou o protestantismo, acima de tudo o pensamento de Jesus Cristo. Portanto, devemos considerar que o símbolo, sendo um elemento fundamental na comunicação, é algo que representa outra substância.

---

<sup>17</sup> Auto-de-Fé presidido por San Domingo de Guzmán, de Pedro Berruguete (c. 1450-1504). Óleo sobre madeira, 154 x 92 cm. Museo Nacional del Prado, Madrid.

Neste campo quisemos incluir o “*Menorá*” judaico porque associa o ritual judaica a uma profunda carga sagrada, ao identificar uma cultura religiosa e também por ter sido mandada construir pelo Deus de Abraão a Moisés.

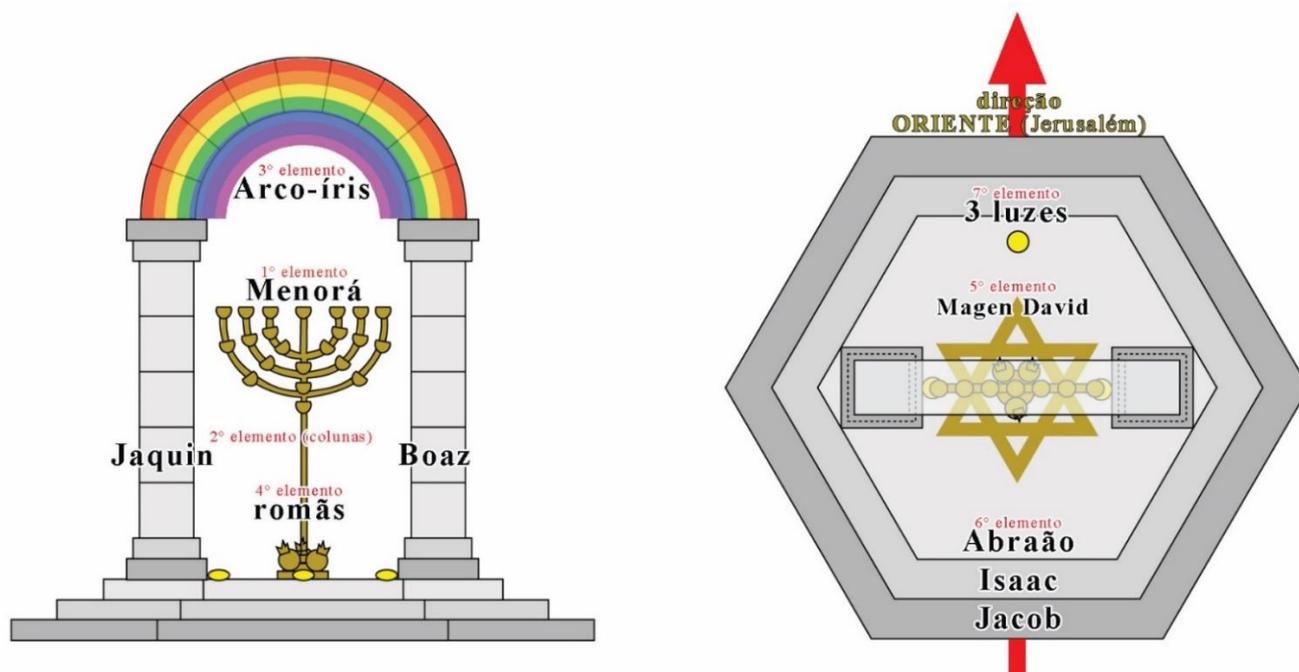
Historicamente, o Santo Ofício teve como intenção a destruição de uma cultura religiosa, constituída por comunidades judaicas obrigadas a converter-se ao catolicismo, designados de Cristãos-Novos. O problema é que os Cristãos-Novos foram obrigados a adotar os símbolos religiosos católicos, como a cruz, a celebração dos seus rituais e crenças, ao mesmo tempo que mantinham de forma secreta os seus símbolos, livros sagrados e celebrações judaicas. Esta era a razão da sua perseguição e destruição. Com a permanente vigilância destas comunidades e a perseguição exercida, as gerações precedentes começaram a misturar os objetos rituais judaicos e os católicos, o que era intolerado pela igreja. Estavam, portanto, proibidos de usar os seus símbolos e praticar os seus rituais.

Este foi o fundamento que encontramos, para a representação de símbolos judaicos no “*Memorial às vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes*” em Carção / Vimioso. A composição desta representação simbólica não constituirá uma afronta à instituição Igreja, já que consideramos que esta instituição foi também vítima do Tribunal do Santo Ofício, ao condenar muitos sacerdotes.

Com efeito, a interpretação dos símbolos judaicos está dependente dos fundamentos religiosos descritos na Bíblia (Antigo Testamento), cuja interpretação é determinante em termos culturais. Desta forma os elementos simbólicos foram pesquisados no Torá que é composto pelos seus cinco livros, a saber: Bereshit (Gênesis); Shemot (Êxodo); Vayikrah (Levítico); Bamidbar (Números); Devarim (Deuteronómio).

Constituem estes os textos originais da religião abraâmica, onde se estabelecem as Leis de Moisés e toda uma epopeia do Povo Judeu. Só mais tarde, e inspirados nestes documentos, vão surgir as duas linhagens abraâmicas: Cristã baseada na figura de Jesus Cristo cujo livro sagrado é a Bíblia (religião adotada no império romano desde o séc. IV); Muçulmana baseada na figura do profeta Maomé, nascido em Meca no ano de 570 da era cristã (religião adotada pelos impérios islâmicos a partir do séc. VII) (DERRIDA, 2002).

## DIMENSÃO SIMBÓLICA DOS ELEMENTOS EMPREGUES NO PROJETO



**Figura 2** – Planta e alçado do monumento com as referências aos 7 elementos simbólicos: Menorá; Colunas (Jaquin e Boaz); Arco (arco-íris); 3 Romãs; Magen David; Escada dos 3 patriarcas (Abraão, Isaac e Jacob); 3 luzes. Os sete elementos simbolizam os sete dias da criação conforme o livro de Bereshit.

Carção, com já referimos, adotou no brasão de armas, um dos elementos simbólicos mais representativos da cultura judaica - o Menorá (*Menorah*). Trata-se do candelabro de sete braços realizado em ouro batido que existia no primeiro templo (Êxodo 25:31-40; Êxodo 37:17-24, Zacarias 4:2-5; Zacarias 10:14). Em 70 d.C. com a destruição do Templo de Jerusalém pelo exército romano, terá sido levado para Roma, cuja descrição está gravada nas imagens em alto relevo do *Arco de Tito*<sup>18</sup> em Roma. Constitui esta, uma das muitas afrontas à cultura judaica. Portanto, este objeto simbólico tinha obrigatoriamente de estar presente, conforme o que passamos a relatar.

A menorá, o candelabro de sete braços, um objeto ritual do Templo de Jerusalém, adquiriu grande relevância na literatura bíblica. Primeiro como representação do cosmo, tanto no mundo visível quanto do invisível. Segundo, como árvore da vida, e representação de Deus e da vida eterna. E por fim, no desenvolvimento da Kabalá, como representação da árvore sefirótica. Arco de Tito (LEITE, 2016).

<sup>18</sup> O Arco de Tito foi construído cerca de 82, pelo Imperador Domiciano, logo após a morte do seu irmão mais velho, o então Imperador Tito.

Na Torá, no livro Shemot (Êxodo 25. 8-9), Deus dirige-se a Moisés e ordena que realize um santuário, indicando posteriormente os elementos simbólicos que o compõem (onde se inclui, entre outros, a arca da aliança e o Menorá), bem como a respetiva disposição interior. David (cerca de 970 a.C.) enquanto rei, vai deixar as indicações do projeto arquitetónico do templo e os pormenores sobre a decoração, incluindo os elementos simbólicos, descritos em pormenor a Salomão (livro do Antigo Testamento - 1 Crónicas 28, 15).

Em 597 a.C. surge a primeira afronta à cultura judaica pelo rei babilónio Nabucodonosor, quando do saque a Jerusalém, os vários candelabros foram destruídos e roubados (2 Reis 24, 13 e em Jeremias 52, 19-19).

Com a restauração do segundo templo em 520 a.C., nele apenas foi colocado um Menorá.

Em 169 a.C. o rei sírio Epifanes, voltava a perpetuar novo saque ao Templo de Jerusalém, levando os objetos rituais sagrados onde se incluía o Menorá, conforme descrito: *“arrebata tudo consigo, regressou à sua terra, após massacrar muitos judeus e pronunciar palavras injuriosas”* (1 Macabeus 1, 21-24).

Posteriormente, o Templo de Jerusalém é novamente reconstruído pelos judeus (cerca de 160 a.C.) e, Judas Macabeu ordena o fabrico dos objetos sagrados, onde se inclui o Menorá (1 Macabeus 4, 47-51).

Conforme já referimos, em 70 d.C. com a destruição do Templo de Jerusalém pelo exército romano, o Menorá e os outros objetos simbólicos desaparecem definitivamente, criando-se os mitos conhecidos.

Ao considerarmos o Menorá, como o elemento simbólico mais sagrado, não poderia ser sujeito a qualquer tipo de estilização ou interpretação. Com efeito, a sua descrição que passamos a citar, e que respeitámos, encontra-se no livro de Shemot<sup>19</sup>. Quando YHWH no Monte Sinal, se dirigiu a Moisés referindo *“faz-me um santuário, para que eu possa habitar no meio deles. Farás tudo conforme o modelo da habitação e o modelo da sua mobília que irei te mostrar”*.

*31. Farás um candelabro de ouro puro; e o farás de ouro batido, com o seu pedestal e sua haste: seus cálices, seus botões e suas flores formarão uma só peça com ele.*

*32. Seis braços sairão dos seus lados, três de um lado e três de outro.*

---

<sup>19</sup> Êxodo (25, 31-40).

33. *Num braço haverá três cálices em forma de flor de amendoeira, com um botão e uma flor; noutro haverá três cálices em forma de flor de amendoeira, com um botão e uma flor e assim por diante para os seis braços do candelabro.*

34. *No próprio candelabro haverá quatro cálices em forma de flor de amendoeira, com seus botões e suas flores:*

35. *um botão sob os dois primeiros braços do candelabro, um botão sob os dois braços seguintes e um botão sob os dois últimos: e assim será com os seis braços que saem do candelabro.*

36. *Esses botões e esses braços formarão um todo com o candelabro, tudo formando uma só peça de ouro puro batido.*

37. *Farás sete lâmpadas, que serão colocadas em cima, de maneira a alumiar a frente do candelabro.*

38. *Seus espevitadores e seus cinzeiros serão de ouro puro.*

39. *Empregar-se-á um talento de ouro puro para confeccionar o candelabro e seus acessórios.*

40. *Cuida para que se execute esse trabalho segundo o modelo que te mostrei no monte.”*

Êxodo 25, 31-40

Considerámos que seria este o primeiro e principal elemento simbólico, colocado em lugar de destaque, no centro da estrutura. No livro sagrado Shemot<sup>20</sup> embora a construção seja pormenorizada, não refere as dimensões do Menorá, bem como desenho da base de sustentação. Contudo, a referência ao peso de um talento de ouro puro batido, que corresponde a 32,3 kg / 71 lb (talento romano), permitiu-nos estabelecer um cálculo para o Menorá do monumento, com cerca de 160 cm x 190 cm (figura 2).

O segundo elemento, representado no “Memorial às vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes”, teria de passar obrigatoriamente pela representação simbólica do Templo de Jerusalém, várias vezes destruído, restando hoje, os restos do muro de suporte no designado “*Monte do Templo*” (Har Há-Bayit em hebraico) em Jerusalém, também designado de “*Nobre Santuário*” (al-Haram al-Sarif em árabe).

Já referimos que após a destruição do Templo de Jerusalém pelo exército romano em 70 d.C., em 361, o imperador romano Juliano ordena a sua construção, obra que viria a ser abandonada em consequência do terramoto de 363. Nos finais do séc. VII, o califa omíado Abdal Malique Ibne Maruane (623-685), ordenou a construção no Monte do

---

<sup>20</sup> Êxodo nas Bíblias cristãs.

Templo da Mesquita de Al-Aqsa. Aí já existia, desde a primeira metade do séc. VII uma pequena mesquita construída pelo califa Omar (586-644). Posteriormente a Mesquita de Al-Aqsa, seria reconstruída por duas vezes em consequência de dois sismos (748 e 1033).

Com a Primeira Cruzada em 1099, era criado o *Reino Latino de Jerusalém* onde o espaço, passou a servir de palácio real e posteriormente, quartel general dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão “*Pauperes commilitones Christi Templique Salomonici*”, designação dos Cavaleiros Templários.

Com a conquista de Jerusalém por Saladino na batalha de Hattim (1187), com a derrota do exército cristão, a mesquita de Al-Aqsa, voltou a ser lugar do culto muçulmano.

Quando em 1967, o estado de Israel conquistou a parte oriental de Jerusalém, permitiu que a mesquita continuasse como espaço de oração, de administração muçulmana.

Importa aqui referir a permanente resignação e tolerância do Povo Judeu que, ao assumir a administração de Jerusalém Oriental, poderia cair na tentação de destruir a mesquita e proceder a uma nova construção do Templo de Jerusalém.

O Templo de Jerusalém está perfeitamente descrito em I Livro de Reis (Capítulos 5 a 9). Contudo jamais seria nosso propósito a sua representação numa escala inferior, caindo na “armadilha estética” de estabelecer o conteúdo descritivo do espaço, em detrimento do seu valor simbólico e sagrado.

13. O rei Salomão mandara vir de Tiro um homem que trabalhava em bronze, Hirão,

14. filho de uma viúva da tribo de Neftali, cujo pai era de Tiro. Hirão era talentoso, cheio de inteligência e habilidade para fazer toda espécie de trabalhos em bronze. Apresentou-se ao rei Salomão e executou todos os seus trabalhos.

15. Fez duas colunas de bronze: a primeira tinha dezoito côvados de altura; a sua periferia media-se com um fio de doze côvados. Tinham quatro dedos de espessura e eram ocas. A segunda coluna era semelhante a esta.

...

18. Dispôs em círculo ao redor de cada uma das malhas duas fileiras de romãs, para ornar cada um dos capitéis que cobriam as colunas.

...

20. Os capitéis colocados sobre as duas colunas elevavam-se acima da parte mais grossa da coluna, além da rede; em volta dos dois capitéis, havia duzentas romãs dispostas em círculo.

21. Hirão levantou as colunas no pórtico do templo, a coluna direita, que chamou Jaquin, e a esquerda, que chamou Boaz.

I Livro dos Reis. Capítulo 7.

As duas colunas colocadas no “Memorial às vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes”, representam o Templo de Salomão, várias destruído e saqueado. A primeira tem a designação de *Jaquin* significa “*Ele estabelecerá*” e a segunda *Boaz* “*Ele vem com poder*” (HAMBLIN & SEEELY, 2007) (figura 2).

As duas colunas no memorial sustentam um arco perfeito de meio círculo, possuindo a “*pedra de fecho*”.

Este arco perfeito é o terceiro elemento simbólico colocado. Representa o Arco-íris, enquanto símbolo “*Sinal da Aliança*” que apareceu, conforme descrito em Géneses 8, 9-17, após o Dilúvio, no momento em que a “*Arca de Noé*” encalhou no *Monte Ararate*. Deus prometia nunca mais destruir a humanidade através da água diluviana (GREENLE, 1980) (figura 2).

Fomos então à procura de um quarto elemento para conjugar com o Menorá, as Colunas *Jaquin* e *Boaz*. e o Arco Perfeito. Um elemento com o significado simbólico de Amor e Esperança. Inquestionavelmente fomos buscar a Romã, o fruto da romãzeira. Este fruto sagrado, conforme descrição das últimas referências bíblicas em inúmeras passagens e particularmente em I Livro dos Reis, capítulo 7, constitui objeto de decoração do Templo de Jerusalém e das colunas. Para o povo judeu, a romã tem especial significado no ritual do ano novo, por acreditarem que o ano que inicia, será sempre melhor.

Quando o Povo Judeu abandonou o Egito a caminho da “terra prometida” por YHWH, os 12 espias que foram enviados, regressaram carregados de frutos, dos quais muitos eram romãs. Este fruto sagrado que passaria a decorar o Templo de Jerusalém e os jardins de Salomão, como símbolo de esperança, fecundidade e amor (atributos também comungados pelos outros povos do oriente), foi por nós representado no número de três na base do Menorá (figura 2).

O quinto elemento simbólico representativo da cultura judaica do memorial é a Estrela de David (*Magen David*). O termo substantivo “Magen” tem o significado de escudo, enquanto elemento de proteção do corpo durante o combate (figura 2). Está presente em todas as sinagogas sendo o símbolo do estado de Israel.

Depois da representação das romãs, o número três volta a ser repetido, enquanto número ímpar, nos três degraus das escadas hexagonais. São hexagonais, por inserirem no seu centro a Estrela de David, a “*Magen David*” (PAVITT, 1922), com seis vértices, inseridos nesta figura geométrica plana com seis lados.

O sexto elemento simbólico é constituído pelos três degraus (escadas) e correspondem ao número sagrado ímpar de 3. Pretendemos desta forma homenagear os três patriarcas de Israel (Abraão, Isaac e Jacó).

Estão na base do monumento e na base das três religiões abraâmicas (judaísmo, cristianismo e islamismo). Estas três escadas referem uma identidade comum que ao longo dos séculos muito ódio fomentou entre si (figura 2).

Faltava-nos o último e sétimo elemento criado por YHWH no primeiro dia: Luz.

No degrau superior estabeleceu-se novamente o número de 3 focos de luz, que na noite, dois iluminam as colunas e o terceiro o Menorá, dado que em *Bereshit*<sup>21</sup>, depois de YHWH ter criado os céus e a terra disse: “Faça-se a Luz”,

5 - Deus chamou à luz DIA, e às trevas NOITE. Sobreveio a tarde e depois a manhã: foi o primeiro dia. Gênesis 1, 5.

Pretendemos, portanto, que não existam as Trevas. De “Dia” o Sol iluminará o monumento. Mas na da noite, o monumento será iluminado com os três focos de luz.

**A comunidade judaica de Cristãos-Novos de Trás-os-Montes jamais será esquecida nas “Trevas”.**

Na composição que realizámos do “Memorial às vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes” (figura 2), constituído através da composição geométrica com os 7 elementos simbólicos judaicos, O Menorá e as Colunas Jaquin e Boaz, constituem elementos simbólicos sagrados que já não existem. Estes elementos representam, tal como o seu povo, a permanente destruição e perseguição, perpetuada por povos, ideologias religiosas e políticas.

---

<sup>21</sup> Gênesis 1, 1-5.

Contudo os 5 elementos simbólicos constituídos pela romã (significado de Esperança e AMOR), a *Magen David* (Estrela de David enquanto escudo divino protetor), o arco perfeito (Arco-íris<sup>22</sup>, enquanto “*Sinal da Aliança*” entre Deus e os Homens), as 3 escadas hexagonais (referência aos três patriarcas de Israel Abraão, Isaac e Jacó) e as 3 luzes (energia divina que dá vida), permanecem vivos.

Considerámos estes sete elementos como as nossas referências simbólicas e exotéricas, no presente trabalho.

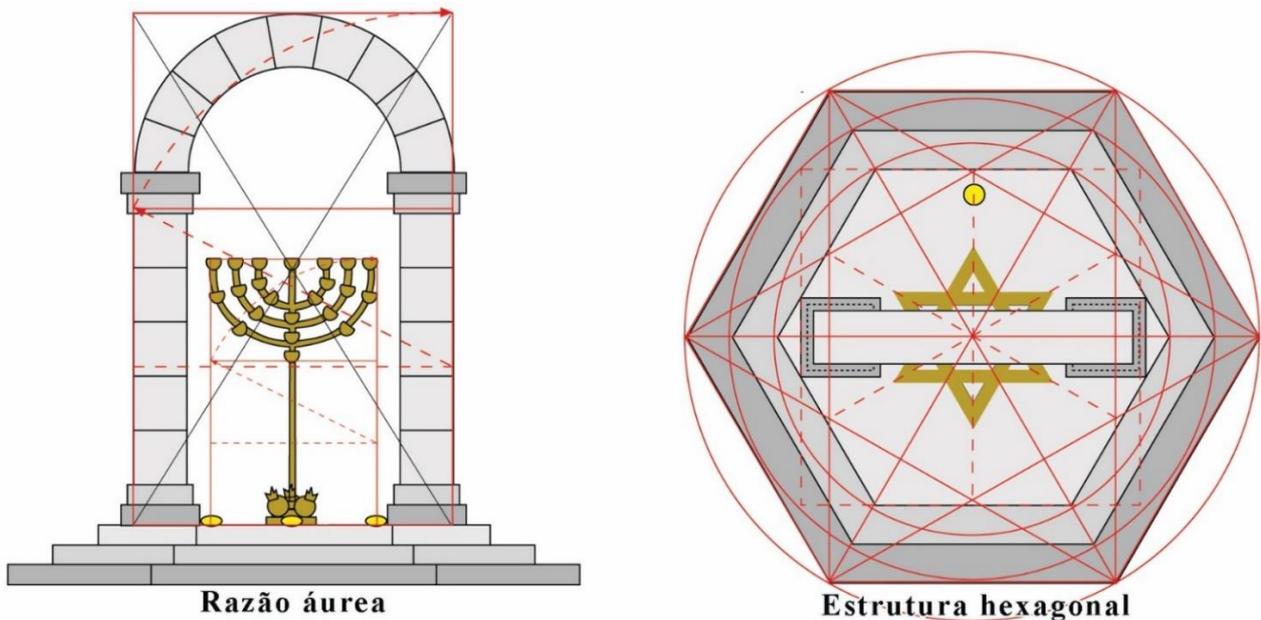
No *Bereshit* o número sete apela aos sete dias da criação,

2. Tendo Deus terminado no sétimo dia a obra que tinha feito, descansou do seu trabalho.
3. Ele abençoou o sétimo dia e o consagrou, porque nesse dia repousara de toda a obra da Criação.
4. Tal é a história da criação dos céus e da terra.

Gênesis 2, 2-4

A dimensão espiritual e exotérica do projeto escultórico, implica que a sua direção seja virada para Oriente (figura 2), portanto para Jerusalém, a capital física e espiritual comum às 3 religiões abraâmicas: judaísmo, cristianismo e islamismo.

### PROPORÇÃO E HARMONIA NOS ELEMENTOS EMPREGUES



**Figura 3** – Planta e alçado do monumento com as estruturas geométricas referenciadas: Dimensões áurea e hexagonal.

<sup>22</sup> Salmos 88, 38; Livro de Eclesiastes 43, 12 | 50, 8; Ezequiel 1, 28; Apocalipse 10, 1.

O monumento está situado ligeiramente ao centro da Rua Dr. Manuel Maria Lopes, espaço de configuração ovalóide. O monumento foi colocado de modo a não interferir com a estrada nacional n.º 218, pelo que teve de ser desviado lateralmente, estando colocado na direção do Oriente (figura 2), dirigida para Jerusalém, a capital física e espiritual do Povo Judeu.

A criação da Razão Áurea, Media Áurea, Divina Proporção, Número de Ouro ou Número de Fídias, teve como objetivo de fundo, estabelecer a proporção ou relação harmónica mais correta nos campos da arquitetura e das artes (CANOTILHO, 2009). A sua descoberta deve-se a Matila Ghyka<sup>23</sup> e como é evidente, parte sempre como referência a dimensão humana. A Razão Áurea ou Retângulo de Ouro é aquele que tem a seguinte propriedade: Quando lhe retiramos em área o correspondente à superfície de um quadrado, obtemos um outro retângulo semelhante ao primeiro, mas em área menor, e assim sucessivamente. É o caso identificado no alçado frente do projeto (figura 3), bem como da dimensão no menorá que cumpre a mesma proporção. Também se pode verificar que a “luz” central do Menorá corresponde ao centro do retângulo da Razão Áurea. As sete “luzes” do Menorá estão também no alinhamento da mediana do retângulo referido. A Razão Áurea na figura está de acordo com a *Sequência de Fibonacci*<sup>24</sup>

Conseguimos, com a sujeição dos elementos arquitetónico e escultórico do monumento, à Razão Áurea, estabelecer o binómio fundamente em composição (CANOTILHO, 2017), que consideramos ser o compromisso entre Proporção e Harmonia.

Também a planta, descrita na figura 3, corresponde a esse compromisso entre Proporção e Harmonia. Para o efeito, partimos da subdivisão concêntrica da estrutura hexagonal (CANOTILHO, 2005), que serviu de grelha para a disposição ordenada dos elementos simbólicos. Com isto entendemos e valorizámos o conceito de estética científica, inspirada nos princípios filosóficos de Platão e Euclides.

---

<sup>23</sup> O termo “numero de ouro” só nasceu em 1932 e deve-se a Matila Ghyka, diplomata e engenheiro romeno, que sobre o termo realizou uma volumosa obra. O livro de Matila Ghyka publicado em 1932 resultou num grande êxito, já que estava inspirado na corrente filosófica alemã do século XIX, que consagrava Platão e Euclides, numa tentativa de criar uma espécie de estética científica. O “numero de ouro” é identificado pela letra grega “fi”  $\phi$ .

<sup>24</sup> Leonardo Fibonacci (1170 – 1240). Matemático italiano, nascido na cidade de Pisa. A sucessão de Fibonacci constitui-se numa série de números, onde o valor de cada corresponde a soma dos dois precedentes: 0, 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, 144, 233, 377, 610, 987, 1597, 2584, 4181, 6765, 10946..., e assim sucessivamente.

Na figura 4 podemos observar a imagem diurna do projeto concluído, com a respetiva adequação ao campo da geometria.

Na figura 5 podemos observar duas imagens noturnas do projeto iluminado, pelos três focos de luzes, na noite de Carção.



**Figura 4** – Projeto final onde se observam as dimensões áureas aplicadas ao monumento, ao Menorá, bem como a centralidade das 7 luzes na mediana horizontal do retângulo e da luz central, dentro dos princípios de uma estética científica.



**Figura 5 e 6** – Projeto final. Iluminação noturna do “Memorial às Vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHARONI, Ada (2009). *The Forced Migration of Jews from Arab Countries*. Wayback Machine. Historical Society of Jews from Egypt website.

AKOUN, Audrey & PAILLEAU, Isabelle (2019). *Sketchnoting. Pensamiento visual para ordenar ideas y fomentar la creatividad*. Editorial Gustavo Gili S.L.

ALVES, José Augusto dos Santos (2006). *O Marquês de Pombal e a mudança de paradigma*. Vol. 22. URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2222>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.2222>.

ANDRADE, António J e GUIMARÃES, M. Fernanda (2008). *Carção – Capital do Marranismo*. Edição: Associação Cultural dos Almocreves de Carção, Associação CARAmigo, Junta de Freguesia de Carção e Câmara Municipal de Vimioso. Escola Tipográfica – Bragança.

BAIÃO, ANTÓNIO (1919). *Episódios dramáticos da inquisição portuguesa. Homens de Letras de Sciencias por ela condenados – Vária*. Volume II. Álvaro Pinto Editor.

BETHENCOURT, Francisco (2000). *História das Inquisições*. Portugal, Espanha e Itália. Séculos XV – XIX. Companhia das Letras. ISBN: 9788571649712.

CANOTILHO, Luís (2009). *Do Número 1,618 ao Ponto da Bauhütte*. Série Estudos. Instituto Politécnico de Bragança.

CANOTILHO, Luís Filipe César (2016). *Projeto de um manual de cerâmica na base da contextualização arquitetónica, artística, histórica e tecnológica*. UTAD.

CANOTILHO, Luís Manuel Leitão (2005). *Perspetiva pictórica*. Publisher: Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação.

CANOTILHO, Luís. (2017). *Composição Plástica*. Editor: PORTAS DA BILA. Edições ERAS. Prefixo de editor: 978-989-99832. ISBN 978\_989\_54004\_2\_3.

CARDOSO, António Monteiro (2007). *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834). O Povo e as Elites*. Edições Afrontamento. ISBN 9789723609172.

DAUGHTON, James Patrick. (2006). *An Empire Divided: Religion, Republicanism, and the making of French Colonialism, 1880-1914*. Oxford Univ. Press. p. 8. ISBN 0-19-530530-2. OCLC 644094069.

DERRIDA, Jacques (2002). *Acts of Religion*. Anidjar, Gil, ed. New York & London: Routledge. ISBN: 978-0-415-92401-6.

DONDIS, Donis A. (1977). *La sintaxe de la imagen*. Introducción al alfabeto visual. Editorial Gustavo Gil. Barcelona.

FREIRE, António (1982). *A catarse em Aristóteles*. Volume 6. Coleção "Pensamento filosófico". [S.l.]: Faculdade de Filosofia. ISBN: 9789728195557.

FREITAS, Jordão de (1916). *O Marquez de Pombal e o Santo Ofício da Inquisição - (Memoria enriquecida com documentos inéditos e facsimiles de assignaturas do benemerito reedificador da cidade de Lisboa)*. [S.l.]: Sociedade Editora José Bastos.

FREUD, Sigmund (1913). *Totem et Tabou: Alguns Pontos de Concordância entre a Vida Mental dos Selvagens e dos Neuróticos*. Alianza; edición, 2011. ISBN-10 8420650889

GAMPEL, Benjamin R. (2016). *Motins antijudaicos na Coroa de Aragão e a Resposta Real, 1391-1392*. Cambridge University Press. pp. 271–314. ISBN 9781107164512.

GAY, Peter (1996). *Enlightenment: An Interpretation*. [S.l.]: W. W. Norton & Company. ISBN 0-393-00870-3

GILBERT, Martin (2010). *The Routledge Atlas of Jewish History*. ISBN 9780415558105

GREENLE, Robert (1980). *Rainbows, Halos, and Glories*. ISBN: 0-521-38865-1

GUBBAY, Lucien (1999). *Sunlight and Shadow: The Jewish Experience of Islam*. Nueva York: Other Press. p. 80. ISBN 1-892746-69-7.

HAMBLIN, William J. & SEEELY, David Rolph (2007). *Solomon's Temple; Myth and History*, Thames and Hudson, 2007.

JOHNSON, Sam (s.d.). *Pogroms, Peasants, Jews: Britain And Eastern Europe'S 'Jewish Question', 1867-1925*. Editor: PALGRAVE USA. ISBN 9781403949820

KARMEN, Henry (2011). *A Inquisição Espanhola. Uma revisão histórica*. (3ª edição). Barcelona: Crítica. ISBN: 978-84-9892-198-4.

KOHUT, Zenon E. (2003), *The Khmelnytsky Uprising, a imagem dos judeus e a formação da memória histórica ucraniana*. História Judaica, pp.141-163

LAZARE, Bernard (1903). *Anti-Semitism Its History And Causes*. KESSINGER PUBLISHING CO. ISBN: 9780766132184

LEITE, Edgar (2016), *A Menorá e a árvore da vida*. Dossiê: Religiões no mundo antigo. Revista Hélade- Universidade Federal Fluminense – Volume 2, número 2. outubro.

LEVI, Primo (s.d.). *Se isto é um homem. Uma das mais lúcidas e impressionantes visões dos campos de extermínio nazis*. Dom Quixote. ISBN 9789722054027.

LIMA, Lana Lage da Gama (1999). O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é o culpado. Revista de Sociologia e Política.

MARTINS, Jorge (2021). *MEMORIAL VIRTUAL ÀS VÍTIMAS DA INQUISIÇÃO. 31 DE MARÇO DE 2021* (ducentésimo aniversário da extinção da Inquisição).

MENDES, Paulo (2011). *O Marquês de Pombal e o Perdão aos Judeus. Inquisição, legislação e solução final da questão do perdão aos judeus com o novo enquadramento jurídico pombalino*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais Lisboa da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, pp. 52-73.

MOURA, Angel De Prado (s.d.). *El Tribunal De La Inquisicion En España (1478-1834)*. Editor: ACTAS. ISBN 9788497390101.

MUNDIL, Robin (1998). *Solução judaica da Inglaterra: Experimento e Expulsão, 1262-1290.*, p.366. ISBN 978-0-521-58150-9

PAVITT, William Thomas & Pavitt, Kate (1922). *The Book of Talismans, Amulets and Zodiacal Gems*. Capítulo II, Talismãs de raças primitivas.

PEREIRA, Isaiás da Rosa. (1996). *Auto-da-Fé de Coimbra do dia 14 de junho de 1699*. Edições Colibri. Repositório da Universidade de Lisboa. URI: <http://hdl.handle.net/10451/39671>. ISSN: 0870-4104.

PINKUS, Benjamin (1990). *The Jews of the Soviet Union: The History of a National Minority*. Cambridge University Press. p. 44. ISBN 978-0-521-38926-6.

RAMOS, Luís A. De Oliveira (1971). *Pombal e o escravagismo*. Revista da Faculdade de Letras. Repositório Aberto da Universidade do Porto

REIS, Tavares dos & GRILL, Igor Gastal (organizadores) (2014). *Estudos sobre elites políticas e culturais*. Edufma. ISBN: 978-85-7862-360-9.

SANTOS, Robson Luiz Lima (2007). *Anti-Semitismo na Companhia de Jesus (1540-1593)*. Universidade de S. Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19032008-105825/>

SARAIVA, António José (1969). *Inquisição e Cristãos-Novos*. Editorial - Inova. Porto. Coleção Civilização Portuguesa.

SARAIVA, António José (1993). *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

SCHAFF, Adam (1968). *Introdução à semântica*. Coimbra: Almedina.

TYLOR, Edward (1920). *Primitive Culture. Researches into the development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom*. London. 2 volumes.

WISTRICH, Robert S. (1991). *Antisemitism: The Longest Hatred*, New York: Pantheon Books. ISBN 0679409467 9780679409465.